...continuação Demonstrativo da movimentação dos Ajustes de Bens do Ativo do Imobilizado em 2016

Descrição	Posição em 31/12/2015	Baixa	Ajuste Vida Útil	Posição em 31/12/2016	Taxas anuais médias de Ajustes
Ajuste vida útil econômica de Bens de Terceiros	0,00	0,00	530,25	530,25	%
Bens Móveis	0,00	0,00	530,25	(530,25)	
Mobiliario em Geral	0,00	0,00	(482,43)	(482,43)	10
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	0,00	0,00	(47,82)	(47,82)	10

3,8 - Fornecedores: As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3,9 - Serviços de Terceiros Pessoa Física/Pessoa Jurídica:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos, limpeza, manutenção e vigilância. **3,10 - Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3,11 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS, PIS e Contribuições Sindicais.

Contribuições a recolher	Saldo em 31/12/2016
INSS	62.254,05
FGTS	81.948,68
PIS	10.340,74
Contribuições sindicais	6.725,71

3,12 - Provisão de Férias e Encargos: Os valores dessa conta representam as provisões de férias e seus respectivos encargos (FGTS) com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Provisão de Férias	957.484,17	537.606,08
Provisão de FGTS sobre Férias	76.598,82	43.008,49

3,13 - Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre folha de pagamento.

Impostos a recolher	Saldo em 31/12/2016
IRRF a recolher	86.484,96

3,14 - Obrigações Tributárias: Constituem as obrigações de IRRF, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSL relativos aos valores relacionados aos serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas, que sofreram as retenções devidas conforme as legislações pertinentes, conforme quadro abaixo:

Obrigações Tributárias	Saldo em 31/12/2016
ISS a recolher	4.344,34
IRRF a recolher	5.094,35
PIS/COFINS/CSL a recolher	21.156,27

3,15 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar: De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Entidade sem Finalidade de Lucros Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão (ou convênio) com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2016 representa R$ 15.805.945,81 (Quinze Milhões, Oitocentos e Cinco Mil, Novecentos e Quarenta e Cinco Reais e Oitenta e Um Centavos). **3,16 - Outras contas a pagar:** Os valores evidenciados nessa conta referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. **4,1 - Materiais de terceiros em nosso poder:** Os bens registrados nestas contas pertencem à CONSAVAP, tendo em vista que foram adquiridas com os recursos advindos dos Planos de Trabalhos e Convênios firmados com aquele órgão publico. Sendo que os bens adquiridos estão alocados nas unidades, utilizados em atendimentos médicos e de saúde, em cumprimento ao objetivo social da Entidade. Com o objetivo de demonstrar que os bens estão sob responsabilidade da Unidade Gerenciada, amparado por termo de permissão de uso de bens móveis, esses valores são registados em contas de ativo e passivo com saldos idênticos aos do Imobilizado **4,2 Patrimônio Líquido:** Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10(R1) e 1409/12 (R1), no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12-R1 (Item 11) e CFC 1305/10-R1 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2015 e 2016, respectivamente. **4,3 - Apuração do Resultado:** Conforme Resolução Nº 1.305/10-R1 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4,4 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **5 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **5,1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convenios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **5,2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos e administrativos da instituição e foram classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **5,3 - Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834/16 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº nº 25000.153024/2014-03MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (**Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social**) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: R$ 3.028.693,78. Em 02.09.2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "c"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **5,3,1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2016, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica monta em R$ 2.404.684,70 (Dois Milhões, Quatrocentos e Quatro Mil, Seiscentos Oitenta e Quatro Reais e Setenta Centavos). **5,3,2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2016 atingiu um montante de R$ 125.766,73 (Cento Vinte e Cinco Mil, Setecentos e Sessenta e Seis Reais e Setenta e Três Centavos). **5,3,3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2016 foi de R$ 498.242,35 (Quatrocentos e Noventa e Oito Mil, Duzentos e Quarenta e Dois Reais e Trinta e Cinco Centavos). **5,3,4 - Trabalho Voluntário Estatutário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntario. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntario sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Em 2016 a entidade entendeu por bem mensurar as atividades relacionadas ao trabalho voluntario, cujo montante foi de R$ 7.660,22 (Sete Mil, Seiscentos e Sessenta e Vinte e Dois Centavos). Em 2015 a entidade entendeu por bem mensurar as atividades relacionadas ao trabalho voluntario, cujo montante foi de R$ 1.341,98 (Um mil, trezentos e quarenta e um e noventa e oito centavos). **5,4 - Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução Nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1) Subvenção e Assistência Governamentais, Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face a exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2016, a instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de R$ 16.385.744,50 (Dezesseis Milhões, Trezentos e Oitenta e Cinco Mil, Setecentos e Quarenta e Quatro Reais e Cinquenta Centavos) regime de caixa, esses recursos foram diretamente aplicados na atividade operacional/assistencial da unidade gerenciada, correspondente a R$ 16.633.696,58 (Dezesseis Milhões, Seiscentos e Trinta e Três Mil, Seiscentos e Noventa e Seis Reais e Cinquenta e Oito Centavos), considerando custos e despesas operacionais no mesmo período. Dessa forma se houvesse apuração do resultado, a instituição encerraria o exercício com um resultado deficitário de R$ -247.952,08 (Duzentos e Quarenta e Sete Mil, Novecentos e Cinquenta e Dois Reais e Oito Centavos). O resultado deficitário ficará consignado em conta específica do ativo, denominada "valores em negociação contrato/convênio", ao final do contrato de gestão (ou convênio). Esse desequilíbrio pode estar associado ao aumento da demanda, ausência de recursos ou reajustes inflacionários para cobertura de dissídios e outros custos/despesas, itens influentes para o desiquilíbrio econômico-financeiro do Contrato/Convênio. O resultado deficitário deve-se ao aumento gradual dos atendimentos e o elevado custo da saúde, cuja inflação do período foi de 11,66% elevando assim os custos com matérias e serviços. **5,5 Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, licando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2016, a Associação recebeu Assistências Governamentais Municipais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567/0066-38

Convênios	R$
Contrato de Gestão 001/2015	16.359.126,37

6 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 MS: Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27.11.2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2016, a unidade apresentou os seguintes dados de produção:

Samu Regional São José dos Campos

Dados Publicação Balanço 2016	
Atendimento Telefônico	164.079
Regulação Médica	44.273
Operação - Despacho	41.045
Total Atendimento no local da ocorrência. - Suporte Avançado	3.952
Total Atendimento no local da ocorrência - com remoção - Suporte Avançado	2.466
Total Atendimento no local da ocorrência. - Suporte Básico	37.093
Total Atendimento no local da ocorrência - com remoção - Suporte Básico	28.711

7 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão: A unidade SPDM - SAMU 192 Regional São José dos Campos, apresentou o seguinte relatório execução do contrato de gestão em 2016:

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2016

Linha de Contratação	1º Semestre Contratado	1º Semestre Realizado	2º Semestre Contratado	2º Semestre Realizado	Total 2016 Contratado	Total 2016 Realizado
Atendimento Telefônico	120.000	69.020	120.000	95.059	240.000	164.079
Regulação Médica	72.000	19.299	72.000	24.974	144.000	44.273
Operação - Despacho	63.000	18.484	63.000	22.561	126.000	41.045
Atendimento no local da ocorrência: - Suporte Avançado	12.600	1.784	12.600	2.168	25.200	3.952
Atendimento no local da ocorrência - Suporte Básico	50.400	16.700	50.400	20.393	100.800	37.093

8 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC Nº 1.151/09 NBC TG 12). Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns acasos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que a aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **9 - Seguros:** A entidade contraiu apólice de seguros de veículos, da corretora Valor Global Consultoria e Corretora de Seguros conforme apólice nº 1217000091180802 no valor de R$ 133.501,17 compreendendo a 16 ambulâncias de resgate, cujo composição do seguros e são as seguintes:

Veículo (Casco)	R$ 114.144,76
Danos Materiais	R$ 9.292,53
Danos Corporais	R$ 3.240,24

De acordo com o clausula sétima do contrato de gestão as 16 ambulâncias estão sob responsabilidade da SPDM através do termo de permissão de uso, até sua restituição ao poder público. **10 - Exercício Social:** Conforme estabelece o artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31.12.2016

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da SPDM **Dr. Carlos Alberto Maganha** - Diretor Técnico **Jose Roberto da Mota** - Contador CRC- 1SP 252.369/O-7

Ata de 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

Data, Horário e Local: Aos 18.04.2017, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado a Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas: Convidados: Superintendentes:** Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Ênio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11.11.2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM. Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2016 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópoli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual do Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Primentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C. P. Filho da Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Eurycides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odalmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araraguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianopolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hospital Pedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assistência Supervisão Técnica da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial de Supervisão Técnica de Saúde Butanta (Rede Butan), o Ambulatorio Medico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI),AME Idoso Oeste (Idoso Oeste) o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJETO REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de São José Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assitencia Farmaceutica CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional -Afiliados SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Parque Fontes do Ipiranga, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Jurutí (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral a Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial VI Formosa Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial do Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedicto Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P 3.2), O PAIS A.P 1.0 (A.P 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT), Coordenação de Emergência Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Ênio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18.04.2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro, Dr. Agenor Pares.

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da ***SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento Da Medicina - SAMU 192 - Regional São José dos Campos*** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31.12.2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31.12.2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas continua

Autenticação eletrônica deste documento: imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

...continuação contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31.12.2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, esta adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo/SP, 30.03.2017. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3**, Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O- 0, CNAI - SP - 1620.

GONÇALVES S/A INDÚSTRIA GRÁFICA

CNPJ (MF) 61.070.744/0001-77

GONÇALVES

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas., os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações dos Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015, e as Notas Explicativas da Diretoria. A apresentação dos resultados alcançados em 2016 revelam-se também oportunidade especial para renovação do apreço desta Administração a todos os segmentos que colaboraram para a consecução dos objetivos da Companhia. Aos clientes, fornecedores, instituições financeiras, acionistas, empregados e representantes o nosso reconhecimento pelo êxito em seu trabalho. A Companhia, alinhada às tendências mundiais, mantém-se firme nos esforços que resultam na manutenção e no aprimoramento de seu Sistema de Qualidade, incorporando critérios e conceitos nacionais e internacionais, justificando a Certificação ISO 9001 - versão 2008. Igualmente, o respeito às regras ao meio ambiente é um princípio básico na cultura da Companhia, que mantem ainda a Certificação FSC ligada a sustentabilidade na utilização de papelcartão. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Barueri (Alphaville) 31 de março de 2017.

A Diretoria

Balanço Patrimonial encerrado em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de Reais)

ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
1 - CIRCULANTE	**75.372**	**69.573**	**1 - CIRCULANTE**	**30.957**	**36.913**
Disponibilidades (Caixas, Bancos e Aplicações Financeiras)	7.414	9.686	Fornecedores	4.005	5.898
Contas a Receber de Clientes	43.933	24.802	Financiamentos/Empréstimos - Internos/Externos	5.275	12.040
Estoques	20.511	19.858	Provisões e Contas a Pagar	3.161	3.291
Impostos e Contribuições a Compensar	2.021	3.985	Obrigações Fiscais/Tributárias	4.631	4.242
Demais Contas a Receber	977	10.449	Obrigações Sociais	3.823	3.222
Despesas de Exercícios Seguintes	516	793	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	10.062	8.420
2 - NÃO CIRCULANTE	**101.245**	**104.720**	**2 - NÃO CIRCULANTE**	**28.287**	**23.030**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**18.927**	**20.835**	Financiamentos/Empréstimos - Internos/Externos	22.341	16.779
Aplicações Financeiras Vinculadas (Nota nº 3.1.a, ii)	17.463	18.418	Outras Contas a Pagar	587	379
Aplicações Financeiras	-	53	IRPJ/CSLL – Diferenças Temporárias – IFRS	5.359	5.872
Depósitos Judiciais	541	1.200	**3 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**117.373**	**114.350**
Outros Depósitos	131	131	Capital Social	31.858	31.858
Impostos e Contribuições a Recuperar	792	1.033	Reservas de Capital	40.095	40.095
INVESTIMENTOS	**73**	**64**	Reservas de Lucros	35.017	30.999
IMOBILIZADO	**81.495**	**83.127**	Ajuste Avaliação Patrimônio – Imobilizado	10.403	11.398
INTANGÍVEL	**750**	**694**			
TOTAL DO ATIVO	**176.617**	**174.293**	**TOTAL DO PASSIVO**	**176.617**	**174.293**

As Notas Explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de Reais, exceto o valor Lucro Líquido por Ação)

	2016	2015
Receita Bruta de Vendas e Serviços	**257.836**	**229.855**
Impostos sobre Vendas/Devolução de Vendas	**(64.836)**	**(58.816)**
Receita Líquida de Vendas e Serviços	**193.000**	**171.039**
Custos dos Produtos Vendidos	(153.857)	(142.830)
Lucro Bruto	**39.143**	**28.209**
Receitas (Despesas) Operacionais		
Despesas de Vendas	(3.581)	(3.318)
Despesas Gerais e Administrativas	(25.596)	(22.723)
Receitas (Despesas) Financeiras	(3.249)	(3.812)
Reversão (Constituição) de Provisões	(199)	19
Variação Cambial Ativa (Passiva)	(883)	4.690
Lucro Operacional	**5.635**	**3.065**
Outras Receitas (Despesas)	**(149)**	**15**
Resultado na Alienação do Imobilizado	(149)	15
Lucro antes do IRPJ/CSLL	**5.486**	**3.080**
IRPJ/Contribuição Social Correntes	(2.264)	(351)
IRPJ/Contribuição Social Diferidos	513	626
Lucro Líquido dos Exercícios	**3.735**	**3.355**
Lucro Líquido por Ação	**0,03**	**0,02**

As Notas Explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Resultados Abrangentes em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de Reais)

Descrição	Capital Social Realizado	Reservas Incentivos Fiscais/Outros	Ajuste Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Total
Saldos em 31-12-2014	**31.858**	**40.095**	**12.614**	**3.256**	**27.640**	**115.463**
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	(4.234)	(4.234)
Outros Resultados Abrangentes						
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	(234)	(234)
Realização Avaliação Patrimonial	-	-	(1.216)	-	1.216	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	168	3.187	3.355
Saldos em 31-12-2015	**31.858**	**40.095**	**11.398**	**3.424**	**27.575**	**114.350**
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	(712)	(712)
Outros Resultados Abrangentes						
Realização Avaliação Patrimonial	-	-	(995)	-	995	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	187	3.548	3.735
Saldos em 31-12-2016	**31.858**	**40.095**	**10.403**	**3.611**	**31.406**	**117.373**

As Notas Explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de Caixa Atividades Operacionais		
Lucro Líquido antes do IRPJ e da CSLL	**5.486**	**3.080**
Reconciliação do Lucro Líquido com o Caixa Líquido obtido das Atividades Operacionais		
Depreciações e Amortizações	7.186	4.914
Variações Monetárias e Cambiais Passivas	3.017	4.628
Variações Monetárias e Cambiais Ativas	(5.280)	(1.670)
(Lucro)/Prejuízo na Venda itens Imobilizado	118	-
Constituição/Reversão Provisões	199	(19)
Ajuste Diferenças Temporárias – IRPJ/CSLL	513	626
IRPJ/CSLL Apurados	(2.264)	(351)
Lucro Líquido Ajustado	**8.975**	**11.208**
(Aumento) Redução nos Ativos Operacionais:		
Contas a Receber de Clientes	(19.131)	4.950
Estoques	(653)	4.261
Despesas Antecipadas	277	(421)
Demais Créditos	12.685	3.778
Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais:		
Fornecedores	(1.692)	(3.062)
Impostos e Contribuições Sociais	388	838
Obrigações e Encargos Sociais	601	(20)
Outras Contas a Pagar	(643)	(82)
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais	**807**	**21.450**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Imobilizado	(5.875)	(17.229)
Venda Imobilizado	147	-
Depósitos Judiciais	659	(61)
Caixa Líquido gerado pelas Atividades de Investimentos	**(5.069)**	**(17.290)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Crédito Obtido	13.554	11.031
Pagamento de Financiamentos/Empréstimos	(11.609)	(5.208)
Juros Pagos	(884)	(788)
Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(5.167)	(5.926)
Juros sobre Capital Próprio Líquido Creditado	6.096	3.400
Caixa Líquido gerado pelas Atividades de Financiamentos	**1.990**	**2.509**
Aumento (Redução) do Saldo de Disponibilidades	**(2.272)**	**6.669**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	9.686	3.017
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	7.414	9.686
(=) Aumento (Redução) do Saldo de Disponibilidades	**(2.272)**	**6.669**

As Notas Explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de Reais)

Descrição	2016	2015	Descrição	2016	%	2015	%
1 - Receitas	**254.043**	**227.594**	**8 - Distribuição do Valor Adicionado (igual item 7)**	**110.219**	**100%**	**89.856**	**100%**
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços (Menos Devolução de Vendas)	253.337	226.851	8.1 - Pessoal	40.695	37%	40.042	45%
1.2 - Outras Receitas	697	724	8.1.1 - Remuneração Direta	30.618	28%	29.300	33%
1.3 - Reversão de Provisões	9	19	8.1.2 - Benefícios	7.249	7%	7.686	9%
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros/Outros (Inclui Tributos Creditados – ICMS/IPI/PIS/COFINS)	**151.439**	**149.501**	8.1.3 - FGTS	2.828	2%	3.056	3%
2.1 - Custos dos Produtos e dos Serviços Vendidos	113.546	83.026	8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	30.241	27%	13.870	15%
2.2 - Materiais, Energias, Serviços de Terceiros e Outros	37.893	66.475	8.2.1 - Federais	23.553	21%	10.305	11%
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	**102.604**	**78.093**	8.2.2 - Estaduais	6.475	6%	3.377	4%
4 - Depreciações e Amortizações	**7.186**	**4.914**	8.2.3 - Municipais	213	-	188	-
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia (3-4)	**95.418**	**73.179**	8.3 - Remuneração de Capitais de Terceiros	28.376	26%	28.589	32%
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	**14.801**	**16.677**	8.3.1 - Juros/Despesas Financeiras	11.903	11%	11.803	13%
6.1 - Receitas Financeiras	12.675	16.543	8.3.2 - Aluguéis	16.473	15%	16.786	19%
6.2 - Outras	2.126	134	8.4 - Remuneração de Capitais Próprios	10.907	10%	7.355	8%
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	**110.219**	**89.856**	8.4.1 - Juros sobre Capital Próprio	7.172	7%	4.000	4%
			8.4.2 - Reserva de Lucros	3.735	3%	3.355	4%

As Notas Explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

1 - Contexto Operacional: A Companhia tem como atividade preponderante a fabricação e o comércio de embalagens às Indústrias Farmacêuticas, Cosméticas e Perfumarias, Automobilísticas, Alimentícias, de Higiene e Limpeza, Eletroeletrônica, Tabaco e Bebidas, destacando-se a produção de Cartuchos, Cartelas, Rótulos, Etiquetas, atuando também no campo da Pré-Impressão. **2 - Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis**: As Demonstrações Contábeis são elaboradas e apresentadas em conformidade com a NBCT 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Essas Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de forma comparativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, sendo os valores apresentados em milhares de reais e foram aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2017. **3 - Resumo das Principais Políticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **3.1 - Base de Preparação e Apresentação:** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas como mencionado na Nota nº 2. A elaboração das Demonstrações Contábeis em conformidade com a NBC TG 1000 requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Contábeis, estão divulgadas na Nota nº 3 (g). **(a) Aplicações Financeiras:** (i) Os títulos e valores mobiliários possuem características de disponível para venda e estão acrescidos dos rendimentos financeiros (Resultado) que se aproximam do valor justo; e (ii) Parte das Aplicações Financeiras está vinculada a pagamentos de financiamentos e fundo de reserva estratégica para futuros investimentos no Brasil e no exterior. **b) Contas a Receber:** Os créditos a receber correspondem aos valores a receber dos Clientes. O prazo de recebimento é inferior a um ano, sendo, portanto, classificados no Ativo Circulante. Os créditos a receber dos clientes são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Não há constituição para provisão para créditos de liquidação duvidosa, em virtude das características dos Clientes. Na prática, são reconhecidos ao valor cobrado ou nominal informado no documento fiscal, acrescidos, quando aplicável, dos encargos por atraso. **c) Estoques:** O Estoque de matéria-prima está demonstrado pelo custo médio de aquisição. Os Estoques de produtos acabados e em elaboração são avaliados pelo critério fiscal. Os valores dos Estoques não excedem o valor de mercado, estando compostos da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Matéria-Prima	13.126	14.726
Produtos Acabados	4.895	4.077
Produtos em Elaboração	2.321	863
Matéria-Prima Consignação	229	192
Total	**20.511**	**19.858**

d) Imobilizado: É demonstrado ao valor justo, sendo que as depreciações estão sendo calculadas pelo método linear com base no prazo de vida útil desses Ativos. **e) "Impairment" de Ativos Financeiros e não Financeiros:** Os Ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para verificação de redução por "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Na data base de 31/12/2016 foram elaborados testes de recuperabilidade e revisão da vida útil, elaborado pela Administração da Companhia. No referido Relatório ficou demonstrado que não existem bens que devem sofrer redução por "impairment", no exercício societário de 2016. **f) Provisão para Imposto de Renda:** As Provisões para Imposto de Renda e para a Contribuição Social são constituídas de acordo com o Regime Tributário de Transição, conforme previsto na Lei nº 12.973/14. A Companhia optou por sair do Regime Tributário de Transição (RTT) no ano de 2014. **g) Outras Contas a Pagar:** Decorrem de Ações de natureza trabalhista interpostas contra a Companhia, cujos valores não foram fixados de forma definitiva. A Administração considera os valores provisionados suficientes para absorver possíveis perdas que, porventura, venham a ocorrer, com base na opinião de nossos Assessores Legais. **4 - Financiamentos:** Referem-se a arrendamento mercantil, em reais, de veículos, e financiamentos internos e externos de máquinas e equipamentos, Finame e Finimp, junto a instituições financeiras. **5 - Impostos e Contribuições:** Durante o ano de 2016, a Companhia recolheu de impostos e contribuições aos cofres públicos quantia superior a R$ 30 milhões. **6 - Capital Social:** O Capital Social subscrito e integralizado é de R$ 31.858.335,00 (trinta e um milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, trezentos e trinta e cinco reais), representado por 143.000.020 (cento e quarenta e três milhões e vinte) ações, sendo 85.800.000 (oitenta e cinco milhões e oitocentas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e, 57.200.020 (cinquenta e sete milhões, duzentas mil e vinte) ações preferenciais. **7 - Partes Relacionadas:** Durante o exercício, as operações realizadas pela Companhia com partes relacionadas foram efetuadas com base nos mesmos valores que seriam praticados com terceiros. **8 - Seguros:** A Companhia mantém seguros que cobrem eventuais sinistros de seus bens pelo valor de mercado. **9 – Benefícios a Empregados:** Os empregados e seus familiares contam com uma variada gama de benefícios que lhes assegura melhoria da qualidade de vida, maior segurança e tranquilidade no trabalho. Eles incluem assistência médico-hospitalar, creche, transporte coletivo e alimentação, dentre outros, e treinamentos específicos para o desenvolvimento técnico e capacitação profissional. A preocupação com a segurança, a saúde e o bem estar no trabalho é uma constante na Companhia. **10 – Informações Relevantes:** A Administração comunica que as principais informações consideradas relevantes estão divulgadas, apresentando um detalhamento suficiente para o entendimento de seus usuários, bem como para auxiliar no processo decisório.

Diretoria

Paulo Gonçalves – Diretor Superintendente e Financeiro

Luiz Carlos Gomes Facco - Diretor Técnico

Julio Cesar Gonçalves – Gerente Contábil/Controladoria – CRC 1SP195047/O-9

Conselho de Administração

Paulo Gonçalves - **Presidente**

Membros

Eunice Gonçalves Almeida Franco, Iolanda Sivieri Gonçalves, Neusa Gonçalves Nogueira, André Sivieri Gonçalves, Silvia Sivieri Gonçalves Loureiro, Marcelo Gonçalves Franco, Juliana Sivieri Gonçalves, Alexandre Gonçalves Nogueira

continua...

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br